



**EMENDA SUBSTITUTIVA Nº 01/2025 AO PROJETO DE LEI DO EXECUTIVO Nº
15/2025**

**"INSTITUI, NO CALENDÁRIO OFICIAL DE
EVENTOS DO MUNICÍPIO DE AURORA/CE,
A FESTA DO PADROEIRO, RECONHECE-A
COMO MANIFESTAÇÃO CULTURAL E DÁ
OUTRAS PROVIDÊNCIAS."**

Os vereadores abaixo assinados, membros integrantes da Comissão Permanente de Justiça e Redação, usando de suas atribuições legais, com esteio no art. 63, 106, §1º 130, §2º propõem a seguinte **EMENDA SUBSTITUTIVA**, a saber:

Art. 1º. Fica instituída e incluída no Calendário Oficial de Eventos e Festas do Município a "Festa do Padroeiro de Aurora/CE - Senhor Menino Deus", a ser comemorada, anualmente, no período de 15 a 25 de dezembro, reconhecida como manifestação da cultura e da tradição local.

Art. 2º. O Poder Executivo fica autorizado a apoiar a realização do evento de que trata esta Lei, mediante a disponibilização de infraestrutura e serviços necessários à sua execução em áreas públicas, visando ao fomento da cultura, do turismo e da economia local.

§ 1º. O apoio de que trata o *caput* poderá incluir, dentre outros, a montagem de palco, iluminação, sonorização para eventos culturais abertos ao público, organização do trânsito, limpeza pública e segurança.

§ 2º. Para a consecução dos objetivos desta Lei, o Poder Público poderá firmar parcerias com instituições públicas e privadas, observada a legislação pertinente.

Art. 3º. É vedada a utilização de recursos públicos para o financiamento de despesas relacionadas a ritos, cerimônias, aquisição de material litúrgico ou quaisquer atividades de natureza estritamente religiosa.

Art. 4º. As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, consignadas anualmente no orçamento do Município, suplementadas se necessário.

Art. 5º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 08 de outubro de 2025.



CÂMARA MUNICIPAL DE
AURORA

ANTÔNIO WILTON DOS SANTOS

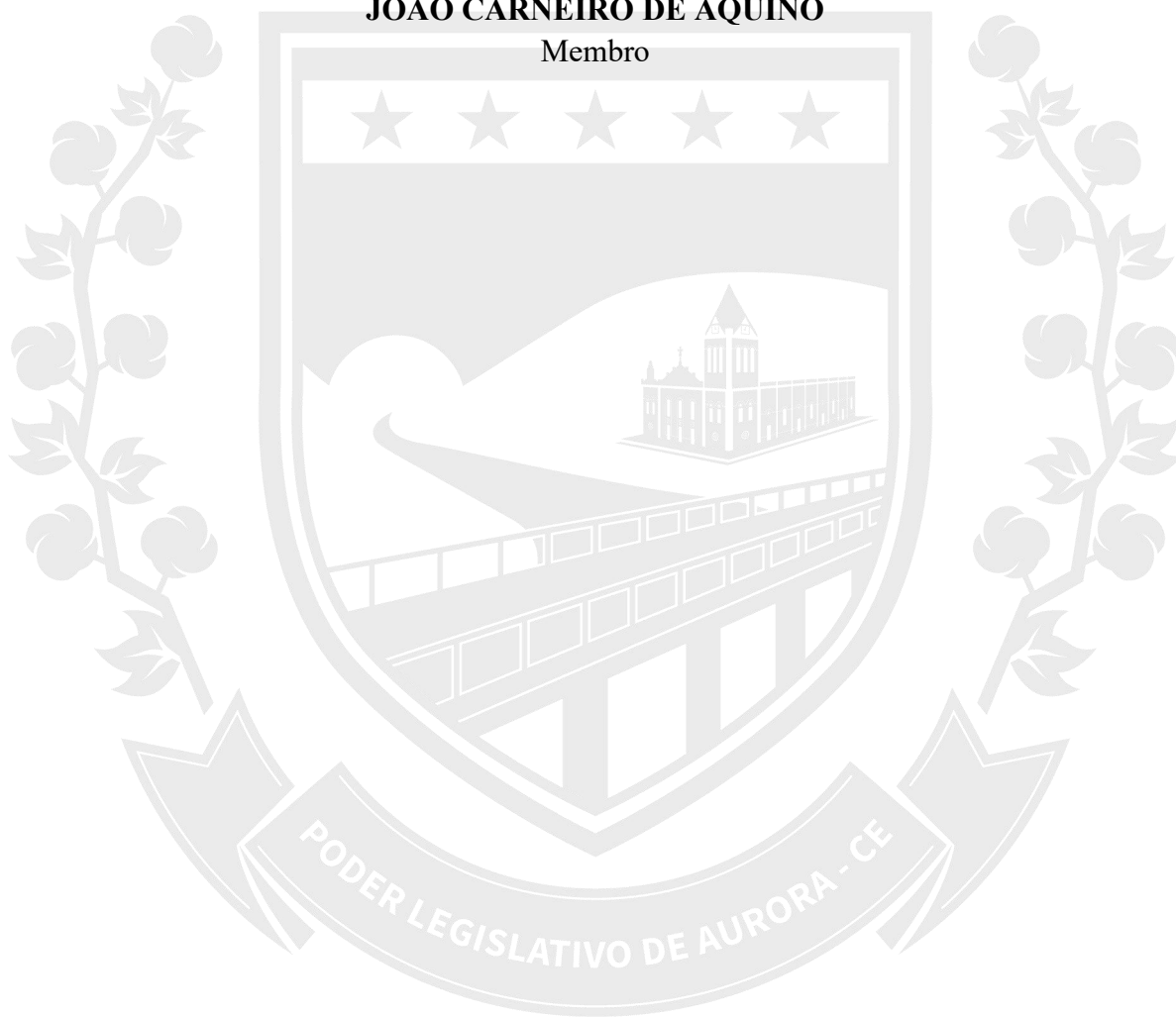
Presidente

FRANCISCA PAULA AVELINO

Relatora

JOÃO CARNEIRO DE AQUINO

Membro





JUSTIFICATIVA

A presente Emenda Substitutiva visa compatibilizar a louvável intenção do Executivo Municipal de valorizar um evento de grande apelo popular e tradicional com os estritos limites impostos pela Constituição Federal e pela legislação correlata. A proposta busca preservar o espírito da lei, garantindo que o apoio municipal ocorra de forma legal e constitucional.

O Art. 1º da emenda reenquadra a festividade, reconhecendo-a formalmente como "manifestação da cultura e da tradição local". Essa alteração é fundamental para afastar o caráter puramente confessional e justificar o fomento público sob a ótica da promoção cultural, em consonância com o art. 215 da Constituição Federal.

O Art. 2º e seus parágrafos delimitam o escopo do apoio municipal. Em vez da genérica e ilegal autorização para "despesas, de qualquer natureza", o novo texto especifica que o apoio se dará por meio de "disponibilização de infraestrutura e serviços necessários à sua execução em áreas públicas", como montagem de palco, iluminação, organização do trânsito e limpeza. Essa abordagem garante que o investimento público se destine ao benefício de toda a coletividade que participa do evento, e não às atividades internas da instituição religiosa.

O Art. 3º é a cláusula de salvaguarda da laicidade. Ao vedar expressamente o uso de recursos públicos para financiar atividades estritamente religiosas (ritos, cerimônias, etc.), a emenda estabelece uma barreira clara e intransponível contra qualquer interpretação que viole o art. 19, I, da Constituição Federal e o art. 23 da Lei Orgânica Municipal.

Finalmente, o Art. 4º sana a ilegalidade de ordem financeira e orçamentária, ao condicionar as despesas à existência de dotações orçamentárias próprias, em total conformidade com a Lei de Responsabilidade Fiscal e a Lei nº 4.320/64.

Dessa forma, a Emenda Substitutiva não desvirtua a proposta original, mas a aprimora, conferindo-lhe a segurança jurídica necessária para que o Poder Legislativo possa aprovar a matéria **sem incorrer em vícios de inconstitucionalidade**.

Sala das Comissões, em 08 de outubro de 2025.



CÂMARA MUNICIPAL DE
AURORA

ANTÔNIO WILTON DOS SANTOS

Presidente

FRANCISCA PAULA AVELINO

Relatora

JOÃO CARNEIRO DE AQUINO

Membro

